

CORNELL

Julho de 1949

Na terça-feira passada, fomos de carro a Syracuse ao encontro de Norman Malcolm e de Wittgenstein que acabava de chegar da Europa. Depois de todas as histórias que correm a seu respeito, impressionou-me o facto de encontrar um homem atraente de modos simples e amigáveis.

E na noite passada, quinta-feira, apareceu para uma sessão de discussão, com Norman, Max Black e Stuart Brown. E eu vi-o e ouvi-o em acção. Serve-se muito das mãos e da cabeça, e anda também de um lado para o outro. Mas o que caracteriza a sua maneira de falar é que dispõe a todo o momento de exemplos e situações imaginárias com que esclarece as expressões de que se serve. Há uma intensidade e uma impaciência na pessoa dele que bastam, sem dúvida, para nos assustar, e, numa altura em que Norman não avançava nem recuava sem parar de falar, tornou-se quase violento. Não é de admirar que tanta gente o ache difícil. Em todo o caso, posso imaginar que não suporta de bom grado o palavreado ocioso e as declarações ininteligíveis, e mos-

tra isso mesmo. É por isso, também, que a maior parte de nós acaba por se sentir pouco à vontade.

O tema era a ética. Brown introduziu o tema, a ideia de que os direitos e os deveres são correlativos. Parecia a Brown que um homem pode muito bem ter um dever sem que outro homem tenha direito a reclamar dele o cumprimento desse dever. W. tomou por alvo o uso de «Parece...» Porquê «Parece...»? Evidentemente, um homem pode... Porque não? Pode-se educar uma criança dizendo-lhe: «Nunca roubes, nunca», «Resiste à tirania», etc. A criança não passa a estar obrigada a esse dever para com os seus pais. Deverá simplesmente fazer ou não certa coisa. Um homem pode estar obrigado ao seu dever perante Deus, ou como veremos, perante coisa nenhuma. Como é, então, que as pessoas passam a dizer que todos os deveres são obrigações perante alguém? Talvez se trate de um simples hábito verbal neste contexto. Certos deveres são obrigações para com alguém. Talvez seja assim na maior parte dos casos. Isso estabelece então o molde da linguagem e as expectativas que se lhe associam. É assim que os deveres são obrigatórios e perante alguém.

(Ocorre-me agora que se reflecte também aqui a teoria contratual da moral.)

A questão foi decidida com bastante facilidade. A seguir, Norman considerou o uso de «absoluto» e de «universal». Que poderemos fazer com «Todos devem ser honestos»? Havia no caso certa confusão. Black sugeriu qualquer coisa como o seguinte, que essa injunção era o pressuposto de toda a moralidade. Foram usadas aqui as palavras «dogmático» e também «categórico». Black e Brown não ficaram propriamente satisfeitos com isso. Estavam a querer dizer que se podia dizer alguma coisa, que se podia argumentar a favor dessa proposição. Mas também isso era confuso. Não

podemos decerto provar qualquer proposição desse género. Aqui a conversa foi levada por W. a incidir em duas tribos, sendo ele próprio o reformador de uma delas, e Malcolm, o reformador da outra. Cada uma delas teria agora uma moral diferente, e cada uma delas seria imoral aos olhos da outra. Poderíamos falar agora de dois princípios morais diferentes, mas é visível pelo modo como tinham sido adoptados que os argumentos e as provas nada tinham a ver com isso. Eu introduzi o exemplo: «O orgulho é um mal», com que trabalhava nas minhas lições de ética, e disse que, quando o fazia, tudo o que se passava era que a ideia se tornava mais clara e que, por vezes, conquistava alguns estudantes. O que importava era que podemos mostrar o tipo de coisa que temos em mente, e que isso é tudo.

Mais tarde, na sala — a nossa conversa tinha começado no jardim —, voltámos ao tema. Como mostrava eu o «orgulho»? Através da leitura d’*Os Irmãos Karamazov*. W. pareceu aprová-lo, mas levantou uma objecção que eu não compreendi. Disse que qualquer outra pessoa poderia escrever um livro diferente, mostrando aparentemente o orgulho a uma luz também diferente. O ponto parecia ser que aquilo que importa são formas de vida que se misturam com toda a espécie de outras coisas, e assim a questão torna-se muito mais complexa do que parecia sê-lo à primeira vista. Talvez seja isso. O orgulho, na vida seja de quem for, é sempre só uma parte. Nenhum homem é só orgulho. O orgulho especifica-se num contexto de outros interesses e de outros seres humanos. É esta situação como um todo que o orgulho infecta de mal. O orgulho é como uma infecção, uma febre. Não é algo de localizado como um polegar dorido. A febre penetra todo o corpo. O orgulho, também. É bonito. Alegrava-me que mo fizessem lembrar.

A partir deste ponto, continuámos com uma sugestão de Norman: Suponhamos que César Bórgia dizia: «O meu princípio ético é este: piso tanto quanto posso os dedos dos pés dos outros homens.» Norman sentia-se fascinado pelas agulhas (Cleópatra) que ele espetava no corpo de outras pessoas. Então, W. franziu o sobrolho. Princípio ético! Nem tudo é um princípio ético. Como se identifica um princípio ético? Isto levou-nos ao uso do termo «ético». Que nada tem de preciso, evidentemente. Um princípio é ético devido às suas circunstâncias. Que circunstâncias? Podemos imaginar «circunstâncias» em que se justifica e se exige que gozemos o sofrimento, o sofrimento dos maus, por exemplo. Seja como for, há com certeza limites para aquilo que é um princípio «ético». O que me lembra dos «princípios de escolha» de Herbert Feigl.

31 de Julho

Esta tarde fomos a casa de Norman e Lee, eu suponha que para o chá. Descobriu-se depois que só eu tinha sido convidado, e que o objectivo era uma discussão. Tomei o chá no jardim, mas Gertrude e Gretchen ficaram sem ele, dentro de casa. W. não tem paciência para mexericos sociais.

Estávamos ali para discutir e, por isso, lembrei uma observação que W. fizera na quinta-feira à noite. W. dissera, em resposta à minha declaração de ter lido passagens dos *Karamazov* para mostrar o que entendia por «orgulho»: «mas outro homem poderia ter escrito outra espécie de coisa bastante diferente». Queria compreender o que estava em jogo na observação dele. Aparentemente, o que ele que-

ria dizer era que o orgulho poderia ser representado como elemento de uma cena heróica, sem que isso resultasse de todo. (Sugeri André, quando se apodera da bandeira em Austerlitz.) A esse propósito — não, mais tarde —, W. declarou: «Ninguém gosta de parecer ridículo.» Isto veio depois de eu me ver instado a explicitar o que queria dizer quando tinha dito: «O orgulho é um mal.» Portanto, tive de tentar explicar-me de novo. Disse, bem, acabei por dizer, qualquer coisa como o seguinte: o amor do próximo é uma coisa boa. Seja o que for que em nós impede ou dificulta esse amor é mau. Portanto, o que é que nos impede? Pois bem, o orgulho é um impedimento dessa ordem. Foi então, penso eu, que ele disse que ninguém gosta de parecer ridículo, e que isso é com certeza motivado pelo orgulho, mas ao mesmo tempo nos ajuda a estar com as outras pessoas. Não o percebi com clareza no momento, mas aparentemente tratava-se de uma objecção à minha proposição de ordem geral: O orgulho é um impedimento.

Bom, andámos à deriva. Que tinha eu feito? Houve algumas leituras: Epicuro, os estóicos, etc. Quando discutíamos Epicuro, aconteceu-me perguntar se poderíamos ou não criticar os nossos desejos. Haverá desejos maus? Claro que sim, a vingança é um desejo mau! Os estudantes concordavam comigo. Bom, mas que mais? E depois? Não havia depois. Que desinteressante! Estava desesperado. Aqui está, disse eu. Salomão disse: O amor do dinheiro é a raiz do mal. Pascal disse: A maior parte das aflições dos homens vêm daí... Ora bem, disse eu, a minha proposição é qualquer coisa do mesmo género. (Não fui capaz de me lembrar da proposição de Platão — O amor do luxo é a causa da guerra..., etc.) Como podem proposições assim fazer de alguma maneira sentido? W. disse que não o fa-